

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos\_parana

Página 1 de 46



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

**SUMÁRIO**

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DA JUSTIFICATIVA .....	3
3.	DO LEVANTAMENTO DE CAMPO .....	3
4.	DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS .....	4
5.	DOS SERVIÇOS A SEREM DESENVOLVIDOS .....	6
5.1	PRAZO DE ATENDIMENTO .....	9
5.2	DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO .....	9
5.3	DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO .....	9
5.4	DA PLANILHA DE REGISTRO DE PREÇO PELA SINAPI (SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - COM DESONERAÇÃO) E POR COTAÇÃO DE PREÇOS .....	10
6.	DAS ORIENTAÇÕES ADICIONAIS DOS SERVIÇOS .....	10
7.	DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE APOIO .....	11
8.	DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL .....	12
9.	DAS NORMAS .....	13
10.	DOS PRAZOS .....	13
11.	DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL .....	14
12.	DA CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL .....	15
13.	DA MATRIZ DE RISCOS .....	16
14.	DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO .....	16
15.	DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA .....	17
16.	DA SUSTENTABILIDADE .....	17
17.	DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES .....	19
18.	CADASTRO E CRACHÁ .....	23
19.	SEGURANÇA DO TRABALHO .....	23
20.	DAS OBRIGAÇÕES DA APPA .....	37
21.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....	38
22.	DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO .....	40
23.	DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS .....	41
24.	DA REVISÃO DOS PREÇOS .....	43
25.	DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS .....	44
26.	DA GARANTIA .....	44
27.	DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
27.1.	DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS .....	45
27.2.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	45
27.3.	DA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE .....	46
28.	DOS ANEXOS .....	46

Página 2 de 46

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos\\_parana](#)



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

## **1. DO OBJETO**

O presente Termo de Referência tem como objetivo estabelecer os critérios e exigências ao *“Registro de Preços para futuras contratações de serviços de Manutenção Civil, nas áreas sob responsabilidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)”*.

## **2. DA JUSTIFICATIVA**

A contratação se justifica pela premente necessidade de manter as instalações da APPA em ótimo estado de funcionamento de forma contínua.

Nesse aspecto, considera-se a tamanha importância de prevenir e corrigir os possíveis problemas que ocorrem nas instalações desta Administração, considerando o intuito de sempre otimizar os mais diversos pedidos de manutenção que surgem e, ainda, de evitar problemas nas estruturas prediais e demais dependências da APPA.

Sendo assim, faz-se necessária a contratação de empresa de Engenharia, especializada em manutenção civil, a fim de realizar os serviços nas instalações da APPA, uma vez que não dispomos de recursos necessários, tampouco de mão de obra especializada para a realização de atividades dessa natureza.

## **3. DO LEVANTAMENTO DE CAMPO**

Deverá a proponente identificar *in loco* todas as condições das áreas e edificações existentes, bem como colher dados relativos aos requisitos técnicos necessários para a execução dos serviços e às possíveis interferências nas instalações existentes, para que não se alegue qualquer ignorância quando da apresentação de sua proposta no certame licitatório.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos\_parana

Página 3 de 46



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Ou seja, antes da apresentação da proposta de preços, a proponente deverá visitar o local onde serão executados os serviços objeto deste Termo de Referência, pois o desconhecimento das condições ali existentes não a eximirá do pleno cumprimento de qualquer das exigências aqui formuladas.

Para o agendamento da visita ao local, a proponente deverá se dirigir à equipe da Coordenadoria de Manutenção Civil (CCIVL), junto ao Centro Administrativo da APPA situado na Av. Ayrton Senna da Silva, 161, Palácio Taguaré, no Município de Paranaguá, ou ainda enviar um e-mail para [erica.nascimento@appa.pr.gov.br](mailto:erica.nascimento@appa.pr.gov.br), mantendo em cópia, [igor.toledo@appa.pr.gov.br](mailto:igor.toledo@appa.pr.gov.br) e [matheus.mendes@appa.pr.gov.br](mailto:matheus.mendes@appa.pr.gov.br).

Apresentando os dados: do funcionário que fará a visita técnica (nome completo, RG, CPF e CREA) e da própria empresa (nome, CNPJ, endereço completo com CEP e telefone para contato), como também a sugestão de datas com horários destinados à realização da diligência.

Na hipótese de solicitação de agendamento por *e-mail*, é recomendado que a interessada entre em contato com a APPA para confirmar o recebimento da correspondência eletrônica, através do ramal (41) 3420-1146 ou (41) 3420-1307.

Após a visita técnica, será fornecido um “Atestado de Visita” à proponente, documento este que deverá fazer parte do processo licitatório.

#### **4. DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços que fazem parte do presente Termo de Referência serão executados predominantemente (quase que em sua totalidade) no Município de Paranaguá, mas isso não impede que existam possíveis demandas a serem realizadas também na área do Porto de Antonina, igualmente sob administração desta APPA.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Em ambos os Municípios, o local da prestação dos serviços corresponderá às áreas dos Portos Organizados e, igualmente, àquelas correlatas à atividade portuária, a exemplo do Pátio de Triagem de Caminhões.

Nesse ponto, esclarece-se que, por ocasião da emissão da Ordem de Serviço, o Porto de Paranaguá poderá ser subdividido em setores, tais como área primária; silo público de 100.000 toneladas; pátios de veículos; prédios administrativos; vias públicas; píer de inflamáveis, dentre outros.

A fim de melhor ilustrar a área de atuação da futura Contratada no Município de Paranaguá, segue abaixo a Figura 01:

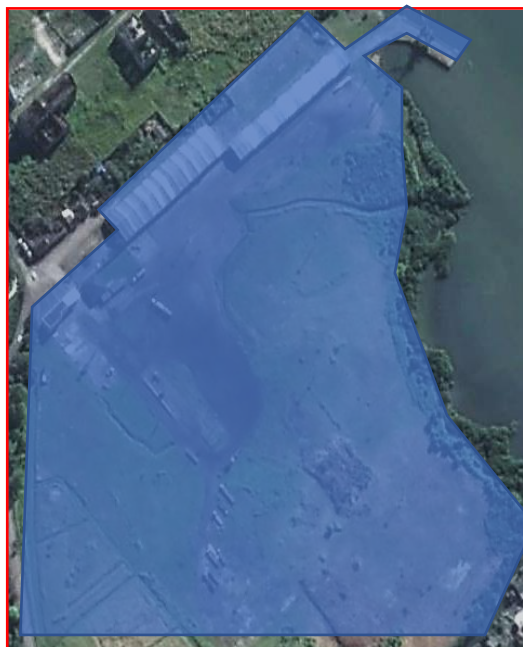


**Figura 1 - Áreas de Realização dos Serviços em Paranaguá**



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO



**Figura 2 - Área de Realização dos Serviços em Antonina – Porto Barão de Teffé**

## **5. DOS SERVIÇOS A SEREM DESENVOLVIDOS**

Os serviços que fazem parte do presente Termo de Referência serão anotados ao final do procedimento licitatório, que servirá de base para a assinatura de contratos futuros entre a APPA e a empresa vencedora da licitação.

O contrato a ser firmado terá quantidades e locais de aplicação previamente definidos pela Contratante, que comunicará a empresa vencedora acerca dessas questões e dará o prazo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço para o início das atividades.

Não sendo a empresa vencedora capaz de atender ao chamado desta Administração dos Portos, serão convocados os demais concorrentes que aceitarem igualar à proposta vencedora, observando-se rigorosamente a ordem de classificação, conforme norma vigente.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Os serviços a serem realizados abrangem todas as áreas sob responsabilidade da APPA, seja no Município de Paranaguá ou Antonina.

Os serviços deverão, obrigatoriamente, ser executados de acordo com as normas vigentes.

A Contratada deverá fornecer mão de obra qualificada para a execução dos serviços, bem como os materiais (de 1ª qualidade) e todos os equipamentos necessários (com operador, se for o caso) para tanto.

Os serviços serão realizados por demanda pela Contratante, sendo que estes deverão ser previamente requisitados e constantemente fiscalizados pela CCIVL – APPA (Coordenadoria de Manutenção Civil) através de requerimento específico para a realização de cada atividade.

Uma das maneiras de comunicação para solicitação de serviços é por meio do aplicativo WhatsApp, ferramenta de rápida comunicação, levando em conta a baixa complexidade dos serviços.

Ainda, os serviços previstos neste Termo de Referência serão executados de acordo com as necessidades técnicas e operacionais da APPA, levando em conta o dinamismo dos eventos deste Porto, bem como os motivos de força maior e casos fortuitos.

Entendem-se como “*manutenção e reparo*” os serviços de manutenção predial, serviços de instalação, montagem, desmontagem, remoção, colocação, substituição de materiais, reformas, serviços em altura e/ou espaço confinado, conservação e reparação dos bens patrimoniais da APPA.

Os serviços de manutenção e reparo abrangem as seguintes áreas:

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

- MANUTENÇÃO CIVIL;
- MANUTENÇÃO PREDIAL;
- MANUTENÇÃO HIDRÁULICA;

Considerando o histórico dos eventos ocorridos na APPA, foram elencados serviços que apresentam uma maior demanda e incidência corriqueira.

Os serviços constantes nas Planilhas de Preços (LOTE ÚNICO) correspondem à estimativa dos serviços de manutenção da APPA e serão realizados somente se necessário for.

Isso significa que a APPA não estará compelida a solicitar todos os serviços ali especificados, sendo certo que esta Administração apenas pagará pelas demandas previamente requeridas pela CCIVL – APPA e que, após a sua plena e regular execução, forem medidas e devidamente atestadas pela Fiscalização.

**DESCRIÇÃO DO LOTE**

LOTE	DESCRIÇÃO
Único	FORMAS, ARMADURAS, CONCRETO, ALVENARIA, INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, IMPERMEABILIZAÇÕES E REVESTIMENTO, ESQUADRIAS, FERRAGENS E VIDROS, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS E MOVIMENTO DE TERRA

Os itens removidos dos locais a serem reformados e/ou reparados deverão ser colocados à disposição da APPA, a qual é a única e exclusiva proprietária dos mesmos, que definirá se estes são inservíveis (com destinação final adequada a ser feito a cargo da Contratada) ou se fará o seu respectivo armazenamento, de modo a ter itens



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

sobressalentes para manutenção do padrão existente no restante do local reformado/reparado.

Complementando, em Anexo IV desse Termo de Referência, encontram-se os projetos que auxiliam a caracterização das edificações dessa administração. Cabe destacar que é responsabilidade da Contratada certificar-se de que as informações contidas em projeto correspondem ao encontrado atualmente nas edificações.

**5.1 PRAZO DE ATENDIMENTO**

A requisição dos serviços deverá ser efetuada pela CCIVL – APPA e, após isso, a Contratada deverá apresentar o respectivo plano de trabalho. A APPA determina o prazo para a realização dos serviços, podendo ser de até 03 horas após a solicitação da CCIVL, considerando a criticidade do objeto, por exemplo em uma chamada emergencial, onde há risco de vida ou de segurança dos usuários e risco de danos ao patrimônio ou cause desordem ao bom funcionamento da APPA. O não cumprimento desse item, a empresa será notificada.

Ainda, na possibilidade do aumento das demandas solicitadas pela APPA, a empresa precisará ampliar sua equipe de trabalhadores a fim de continuar atendendo as demandas de maneira satisfatória, conforme orientação da fiscalização.

**5.2 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

Os serviços executados e recebidos na forma descrita são medidos através da determinação do número de unidades executadas de cada tipo.

**5.3 DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

Para efeito de pagamento, os serviços aceitos e medidos só serão atestados como parcela adimplente se, juntamente com a medição de referência, estiver apenso o relatório com os resultados dos controles e de aceitação.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

O pagamento é efetuado após a aceitação e a medição dos serviços executados com base no preço unitário contratual, sendo que este representa a compensação integral para todas as operações, transportes, materiais, controle da qualidade, perdas, mão-de-obra, equipamentos, encargos e eventuais necessários à completa execução dos serviços, acabamento e conservação.

**5.4 DA PLANILHA DE REGISTRO DE PREÇO PELA SINAPI (SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL – COM DESONERAÇÃO) E POR COTAÇÃO DE PREÇOS**

A formação de preços seguiu a utilização de preços de tabelas oficiais (SINAPI) para os itens disponíveis, somando-se o BDI de 30,82% e pesquisa com os fornecedores ou prestadores de serviços para os demais itens, conforme RLC/APPA (Art. 35, incisos IV e V).

**6. DAS ORIENTAÇÕES ADICIONAIS DOS SERVIÇOS**

Após a assinatura da Ordem de Serviço e antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá apresentar um Plano de Trabalho, contemplando as ações e etapas do desenvolvimento das diversas atividades.

Esse plano deverá levar em conta o tráfego e atividades das pessoas ao longo do trecho (para que estes possam fluir normalmente e com segurança), bem como o levantamento de eventuais interferências e o prazo/recomendações para a execução da obra.

O Plano de Trabalho deverá ser desenvolvido com a orientação da Fiscalização do Contrato e por ela aprovado.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Em cada caso de dúvida, a Fiscalização designada para o acompanhamento dos serviços definirá as condições e critérios a serem adotados, sempre observando as Normas Técnicas vigentes, com assunção de responsabilidade integral da Contratada.

A cada mês de contrato, todos os serviços realizados no período correspondente devem ser discriminados e encaminhados à Fiscalização, na forma de Relatórios Mensais de Atividades.

Estes relatórios são requisitos indispensáveis à aceitação dos trabalhos e deverão ser apresentados junto à documentação da medição mensal. Neste documento serão registrados os progressos obtidos quanto ao desempenho dos trabalhos.

Os materiais empregados, as obras e os serviços a serem executados obedecerão rigorosamente às normas e especificações constantes deste documento e seus anexos; às normas da ABNT, além das prescrições e recomendações dos fabricantes dos materiais.

A Contratada deverá manter limpa e organizada a área em que esteja executando os serviços, além de isolada e sinalizada de acordo com os padrões e normas de segurança.

## **7. DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE APOIO**

Todos os materiais, equipamentos de apoio, consumíveis e mão-de-obra necessários à correta execução dos serviços serão de fornecimento exclusivo da Contratada, salvo quando for explicitamente indicado como sendo de responsabilidade da Contratante.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Os materiais que não satisfaçam às especificações ou que forem julgados inadequados devem ser removidos do canteiro de serviço dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da determinação da Equipe de Fiscalização.

Cabe à Contratada aplicar na obra materiais com qualidade e preço similares às características especificadas: sempre de Primeira Qualidade ou qualidade Extra, sendo vedada a utilização de 2ª linha ou comercial.

**8. DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL**

Preliminarmente, no início da execução dos serviços, a Contratada deverá desenvolver e apresentar o PGRCC (Plano de Gerenciamento de Resíduos na Construção Civil) conforme regulamentação aplicável, a ser elaborado em forma de projeto e por meio de um responsável técnico habilitado no CREA, emitindo-se a respectiva ART.

O referido plano/projeto deverá identificar os receptores de resíduos, devendo estar licenciados junto aos órgãos de meio ambiente competentes (ter licença de operação).

Deve, ainda, prever o local para coleta seletiva e separação de resíduos conforme classes, atendendo à legislação ambiental municipal, estadual e federal se pertinente for.

Será de responsabilidade da Contratada o transporte, reciclagem e bota fora de restos de desmontagem e inservíveis gerados na execução dos serviços, estando todos os custos inerentes a essas atividades já devidamente contemplados nos valores dos serviços propostos.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

**9. DAS NORMAS**

Este item tem como objetivo o estabelecimento das principais recomendações, normas e diretrizes que deverão ser seguidas pela Contratada para a execução dos serviços objeto da contratação.

Todos os serviços a serem executados deverão atender a legislação federal, estadual e municipal vigente, bem como as normas técnicas brasileiras e normas regulamentadoras do extinto Ministério do Trabalho e Emprego, hoje Secretaria Especial do Ministério da Economia.

Ainda, também deverão atender às boas técnicas e normas da Engenharia Civil, sendo aproximadamente 900 as NBR da Construção Civil.

**10. DOS PRAZOS**

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses contados a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado, não podendo ser prorrogada em observância ao disposto no artigo 11º, §1º do Decreto Estadual nº 2734 de 12 de novembro de 2015.

Quanto aos contratos a serem celebrados em decorrência do registro de preços, estes estão sujeitos às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016 e do RLC da APPA.

Dessa forma, e observando o art. 25 do Decreto Estadual nº 2734 de 12 de novembro de 2015 no que se refere a serviços de Engenharia, os prazos de execução e vigência dos contratos serão definidos individualmente em função da dimensão e complexidade de cada serviço a ser contratado, podendo ser prorrogados e alterados de acordo com o previsto em Lei e no Edital da Licitação, inclusive quanto ao acréscimo



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

de que trata o §1º do Artigo 81 da Lei nº 13.303/2016, cujo limite é aplicado ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

**11. DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**

A empresa licitante, deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação da sua capacidade técnica operacional:

- a) Certificado de Registro e Regularidade da Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do seu Estado de origem, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;
- b) No mínimo, 01 (um) Atestado Técnico expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a empresa executou serviços como, no mínimo, 2000 m<sup>2</sup> de manutenção civil predial ou construção civil e, no mínimo, 400 m linear de manutenção ou construção hidro sanitárias e, no mínimo 200 m<sup>2</sup> de esquadrias de alumínio para portas e janelas.
- c) Atestado de Visita Técnica emitido pela APPA ou declaração formal da empresa licitante no sentido de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza e ao próprio local dos trabalhos, conforme disposto no edital.

O Atestado de Visita ou a declaração formal são documentos indispensáveis, sendo que a ausência deles inabilitará a licitante.

Dentre outras finalidades, o Atestado de Vista também visa assegurar o pleno conhecimento das condições dos locais onde será prestado o serviço, para fins de efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias para a correta

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

elaboração de sua proposta, bem como para solicitação de outros esclarecimentos afetos à visita que se julgarem necessários.

Bem como, afastar quaisquer alegações posteriores de eventual desconhecimento das condições locais pertinentes à execução do objeto, argumentos estes que não serão válidos para reclamações futuras, nem mesmo para desobrigar a execução dos serviços;

E assegurar que todas as ocorrências pertinentes ao escopo dos serviços, a partir da assinatura do contrato, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, para cada lote.

**12. DA CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL**

Para a assunção da Responsabilidade Técnica pela execução de cada tipo de serviço previsto neste Termo de Referência, a proponente deverá indicar no mínimo 01 (um) profissional para a função de Engenheiro(a) Civil, acompanhado das respectivas Fichas Curriculares.

Os profissionais indicados pela empresa licitante para comporem a Equipe Técnica deverão comprovar que possuem experiência na execução de obras similares àquelas objeto deste Edital.

Portanto, deverá ser apresentado, no mínimo, 01 (um) Atestado Técnico com Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente certificado pelo CREA e que contenha serviços de, no mínimo, 2000 m<sup>2</sup> de manutenção civil predial ou construção civil e, no mínimo, 400 m linear de manutenção ou construção hidro sanitárias e, no mínimo 200 m<sup>2</sup> de esquadrias de alumínio para portas e janelas.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Os profissionais de Engenharia indicados pela proponente deverão, obrigatoriamente, participar da execução das obras/serviços objeto desta licitação, em cada lote, de acordo com a legislação vigente.

Eventuais substituições deverão ser previamente submetidas à aprovação da APPA, desde que os novos profissionais indicados preencham as exigências dadas aos anteriores e atendam os requisitos do Edital Licitatório e afins.

**13. DA MATRIZ DE RISCOS**

Não se tratando de uma contratação integrada ou semi-integrada, a cláusula de matriz de riscos e alocação de responsabilidades não é obrigatória e será dispensada em função da viabilidade de tratamento dos riscos envolvidos diretamente no instrumento contratual, que definirá os riscos e responsabilidades das partes.

**14. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO**

Será permitida a subcontratação de até 30% dos serviços, os quais não sejam ao objeto principal do lote, pois alguns serviços, como a aplicação de manta asfáltica ou a colocação de vidros sob medida, por exemplo, são muito específicos e na possibilidade de subcontratar, podem otimizar o prazo de entrega e a qualidade final do serviço.

No entanto, eventual subcontratação correrá por conta e risco da própria licitante/contratada e, assim, não afastará a sua responsabilidade pela integral consecução dos serviços objeto da contratação de acordo com as especificações técnicas e premissas deste Termo de Referência, tampouco pela compatibilização e finalização de todas as demandas que lhe forem solicitadas pela Comissão de Fiscalização.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Do mesmo modo, todo e qualquer dano ou prejuízo causado à APPA e/ou a terceiros que advenha de eventual subcontratação também será de responsabilidade exclusiva da contratada, notadamente aqueles de origem trabalhista, previdenciária e tributária.

É vedada a participação de empresas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição, e em Grupos de Sociedades Cooperativas, uma vez que os serviços de manutenção podem, sem problemas, ser executados por empresas individualmente especializadas.

**15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

Será admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

- Sejam observados, pela nova pessoa jurídica, todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e, ainda, haja a anuência expressa da APPA quanto à continuidade do contrato.

A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

**16. DA SUSTENTABILIDADE**

Nos termos do artigo 49 do Decreto Estadual nº 4993 de 2016, determinam-se as seguintes práticas de sustentabilidade a serem adotadas pela(s) contratada(s):

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

- Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou de eventual outra que venha sucedê-la quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- Fornecimento, aos empregados, dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- Realização de um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observando-se sempre as normas ambientais vigentes;
- Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta na fonte geradora, e ainda a sua regular destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto Estadual nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;
- A destinação dos restos das obras está elencada nas planilhas dos lotes para cada tipo de material, considerando as opções fornecidas pela planilha da “Paraná edificações”;
- Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos; e



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

- Previsão de destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei Estadual nº 16.075, de 1º de abril de 2009.

Preliminarmente ao início da execução dos serviços, a contratada deverá desenvolver e apresentar o PGRCC (Plano de Gerenciamento de Resíduos na Construção Civil) conforme regulamentação aplicável, a ser elaborado em forma de projeto e por meio de um responsável técnico habilitado no CREA, emitindo-se a respectiva ART.

O referido plano/projeto deverá identificar os receptores de resíduos, devendo estar licenciados junto aos órgãos de meio ambiente competentes (ter licença de operação).

Deve, ainda, prever o local para coleta seletiva e separação de resíduos conforme classes, atendendo à legislação ambiental municipal, estadual e federal se pertinente for.

Será de responsabilidade da Contratada o transporte, reciclagem e bota fora de restos de desmontagem e inservíveis gerados na execução dos serviços, estando todos os custos inerentes a essas atividades já devidamente contemplados nos valores dos serviços propostos.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

As presentes disposições têm por objetivo o estabelecimento de recomendações, normas e diretrizes que deverão ser seguidas para o “Registro de Preços para futuras contratações de serviços de Manutenção Civil nas áreas sob responsabilidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)”, incluindo o fornecimento de todo o material, mão-de-obra, equipamentos e

Página 19 de 46

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos\\_parana](#)



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

ferramentas necessárias à execução dos serviços, bem como a destinação de todos os resíduos provenientes da obra, conforme Termo de Referência e demais elementos anexados.

Os preços unitários apresentados na proposta não deverão exceder os valores máximos estipulados pela Planilha de Preços da APPA.

Na elaboração da proposta, a licitante deverá apresentar os custos unitários, custos totais e somas gerais considerando o arredondamento dos valores com 02 (duas) casas decimais.

Os casos omissos e/ou eventuais dúvidas a respeito destas normas serão esclarecidos pela Comissão Permanente de Licitação e Cadastro (CPLC), desde que estas lhe sejam devidamente formalizadas em até 24 horas anteriores à abertura da licitação.

A proponente, ao apresentar a proposta de preços para estes serviços, esclarecerá que não encontrou quaisquer divergências nas normas gerais, tampouco tem dúvidas sobre os demais documentos.

Após a apresentação das propostas de preços, prevalecerá o julgamento da APPA.

Toda e qualquer alteração porventura indispensável, que modifique o estabelecido nestas especificações ou em seus anexos, deverá ser previamente submetida à aprovação da fiscalização da APPA.

A omissão de qualquer procedimento técnico ou normas neste Termo de Referência ou, ainda, em eventuais outros documentos contratuais não exime a Contratada da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

a execução dos trabalhos, respeitando-se sempre os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes e demais pertinentes.

Para a direção geral dos trabalhos, a Contratada manterá na obra pessoas idôneas, capazes e que tenham experiência na execução de serviços desta natureza para fins de representá-la junto à Comissão de Fiscalização.

Qualquer registro, irregularidade ou falha a ser corrigida será anotada pela Fiscalização em Diário de Obra, cabendo à Contratada providenciar o imediato atendimento dessas observações/solicitações de adequação.

Os serviços e materiais aqui especificados somente poderão ser substituídos por similares após a devida fundamentação por escrito da Contratada e da Fiscalização e, ainda, após a regular aprovação da APPA, também por escrito.

Nos preços unitários contratuais deverão estar incluídos todos os custos do serviço, tais como tributos, licenças, fretes, mobilização, desmobilização, depreciações, custos diretos e indiretos, encargos sociais básicos, incidências, taxas de reincidências, adicionais, vale transporte e refeições regulamentados em Lei e/ou Acordo/Convenção Coletiva de Trabalho, dentre outros que possam vir a incidir sobre a mão-de-obra e os serviços.

Na proposta de preços deverá estar incluída toda e qualquer despesa direta e indireta referentes aos serviços deste Termo de Referência, incluindo os equipamentos individuais e coletivos de segurança no trabalho, mudança e transporte de posicionamento de equipamentos, transportes de materiais e equipamentos diversos, etc.

Os serviços deverão estar de acordo com as normativas vigentes.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos\_parana

Página 21 de 46



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

A Contratada deverá fornecer mão-de-obra qualificada para a execução dos serviços, bem como todos os materiais e equipamentos necessários a sua devida realização.

Quando não houver descrição do tipo de serviço a ser executado ou material a ser utilizado, deve-se seguir a orientação da Comissão de Fiscalização do Contrato Administrativo e demais padrões existentes.

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá alegar – como justificativa ou defesa para a inexecução obrigacional – qualquer desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do Contrato, do Edital e/ou do Termo de Referência, tampouco de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normativas pertinentes.

A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização em nada diminuirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes no Município, Estado e na União.

Eventuais discrepâncias deverão ser comunicadas com a devida antecedência à Fiscalização, para a tomada das providências e compatibilizações necessárias.

Todos os materiais fornecidos pela Contratada deverão ser de Primeira Qualidade ou Qualidade Extra, entendendo-se primeira qualidade ou qualidade extra o nível de qualidade mais elevado da linha do material a ser utilizado; que satisfaça as especificações da ABNT, do INMETRO e das demais normas citadas; e, ainda, que seja devidamente aprovado pela Fiscalização, podendo esta recusar determinado material que não apresente a qualidade esperada.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

**18. CADASTRO E CRACHÁ**

A Contratada deverá cadastrar todos os funcionários que participarão dos serviços no setor de Credenciamento da APPA, pois somente terão permissão de ingresso nas áreas dos Portos de Paranaguá e Antonina aqueles que apresentarem o crachá previamente fornecido pela Administração.

Para obtenção da documentação necessária e processo de cadastramento, a Contratada deverá respeitar todos os procedimentos da Ordem de Serviço nº 155/2018. As dúvidas poderão ser esclarecidas no próprio local, isto é, na Av. Portuária, s/n, Edifício Dom Pedro II, ou através do telefone (41) 3420-1135.

O acesso dos trabalhadores, equipamentos e materiais ao Porto de Paranaguá deverá respeitar as normas da Receita Federal do Brasil e da Polícia Federal para áreas alfandegadas, além de todas as normativas da APPA.

**19. SEGURANÇA DO TRABALHO**

Todos os funcionários da Contratada envolvidos nos serviços deverão, obrigatoriamente, participar da integração na Seção de Medicina e Segurança do Trabalho – SESMET da APPA.

O agendamento deverá ser feito pelo telefone (41) 3420-1154, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

A Contratada deverá cumprir fielmente e responder às determinações da Lei Federal nº 6.514 de 22/12/1997 e, também, da Portaria nº 6.214 de 08/06/1978 do antigo Ministério do Trabalho e Emprego, hoje Secretaria Especial do Ministério da Economia, que dispõe sobre Segurança e Medicina do Trabalho.



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

A Contratada deverá atender aos requisitos básicos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Trabalho, que devem ser cumpridos durante a realização dos serviços contratados pela APPA com vistas à prevenção de acidentes pessoais; danos aos equipamentos e às instalações desta Administração; danos e incômodos a terceiros, preservando-se a saúde e o meio ambiente.

Além disso, a Contratada deverá conhecer os aspectos, perigos, impactos e riscos da atividade a ser realizada. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no local ou através do telefone (41) 3420-1154.

As diretrizes abaixo elencadas deverão ser seguidas pela Contratada:

- a) A Contratada conduzirá seu trabalho com a precaução de evitar acidentes a seus empregados, aos da APPA e a terceiros, de acordo com as práticas correntes e legislação pertinente, assim como também deverá tomar as precauções necessárias para evitar a proliferação de moléstias no local dos serviços e atender à observância de todas as regulamentações ou registros sanitários;
- b) Todos os equipamentos e acessórios utilizados devem atender as normas regulamentadoras de segurança do trabalho e os princípios ergonômicos pertinentes;
- c) Todos os empregados da Contratada deverão estar portando, obrigatoriamente, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tudo em observância à regulamentação sobre segurança do trabalho, bem como receber o treinamento de integração da Seção de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMET/APPA;

A Contratada deverá adotar as seguintes medidas de Segurança no desenvolvimento dos trabalhos:

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos\\_parana](#)

Página 24 de 46



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

▪ **SERVIÇOS DE SOLDAGEM E CORTE A QUENTE:**

- a) Todas as operações de soldagem e corte a quente somente devem ser realizadas por colaboradores qualificados conforme NR-18;
- b) A área de trabalho onde são realizadas operações de soldagem e corte a quente devem ser adequadamente ventiladas. No caso de execução de operações em chumbo, zinco ou materiais revestidos de cádmio, deve ser providenciada ventilação local exaustora para remoção dos fumos originados no processo de solda e corte;
- c) Nas operações de soldagem ou corte a quente de tanques ou similares, que envolvam a geração de gases confinados, devem ser obrigatoriamente adotadas medidas preventivas adicionais para eliminar os riscos de explosão e intoxicação de profissionais;
- d) A principal condição para a realização de soldas em espaços confinados é a leitura Zero (0) no explosímetro utilizado para a liberação da entrada no espaço confinado;
- e) Nas operações de soldagem e corte a quente, é obrigatória a utilização de anteparo eficaz para a proteção;
- f) É proibida a presença de substâncias inflamáveis e/ou explosivas próximo às garrafas de O<sub>2</sub> (oxigênio).
- g) As máquinas de solda devem ser devidamente aterradas;

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

h) Todas as máquinas de solda elétrica devem possuir Disjuntor Interruptor Diferencial Residual;

i) O uso de fósforo e isqueiro a gás, não é permitido para acender os equipamentos de solda e corte;

j) É obrigatória a disponibilidade de extintor de incêndio junto a toda atividade de corte e solda;

k) É proibido o uso de roupas de material sintético tanto para o soldador quanto para o ajudante de solda;

l) Os ajudantes de solda devem utilizar os equipamentos de proteção individual adequados aos riscos que estão expostos;

m) É terminantemente proibido o corte de tambores à quente para qualquer fim;

n) Uma área de aproximadamente 11 metros de diâmetro ao redor do serviço a quente deve estar livre de materiais combustíveis. Na impossibilidade desta condição, os materiais combustíveis devem estar protegidos por manta anti-chama;

o) As canetas do maçarico devem ser providas de válvulas anti-retrocesso de gases e na saída dos cilindros válvulas corta-chama (figura abaixo). Na ausência destas, o trabalho não deve ser iniciado;

p) Os cilindros devem dispor de manômetros os quais se encontram em perfeitas condições de operação;

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

q) As mangueiras até a distância de 30 metros não poderão ter emendas, acima deste limite deve ter aprovação de um profissional do SESMET e, neste caso, o material da emenda deve ser aço inox;

r) Somente é permitido o armazenamento de cilindros de Oxigênio e Acetileno em locais cobertos com ventilação natural e sinalizados;

s) O transporte de cilindros deve ser feito em carrinhos próprios, sendo terminantemente proibido rolá-los no chão, mesmo quando vazios;

t) Os cilindros não podem ser transportados soltos em carrocerias de caminhões. Somente podem ser transportados quando os mesmos estiverem bem presos e seguros dentro de um compartimento especialmente confeccionado para esse fim. As válvulas dos cilindros devem ter proteção tipo capacete;

u) Em solda elétrica, o dispositivo usado para manusear eletrodos deve ter isolamento adequado à corrente usada, a fim de se evitar a formação de arco elétrico ou choques;

v) Os cabos de solda positivo não podem ter emendas;

w) Os equipamentos de soldagem elétrica devem ser obrigatoriamente aterrados (efetivamente) antes do início da tarefa;

x) Os fios condutores dos equipamentos, as pinças ou os alicates de soldagem devem ser mantidos longe de locais com óleo, graxa ou umidade e devem ser deixados em descanso sobre superfícies isolantes;

y) Verificar a necessidade de isolamento de energias (bloqueio elétrico, energia potencial, térmica, hidráulica, etc.) antes da execução da atividade;

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

z) Drenar e desvaporizar: tubulação, tanque, caixa de passagem e qualquer outro espaço onde os líquidos e vapores possam ficar retidos;

aa) Para trabalhos onde forem ser utilizados GLP, somente serão permitidos cilindros P45. O seu transporte deve ser em carrinhos adaptados para os mesmos e na posição vertical, sendo mantidos presos.

Obs.: Os soldadores deverão possuir Registro de Qualificação de Soldador (RQS).

▪ **SERVIÇOS ENVOLVENDO ESPAÇOS CONFINADOS:**

a) A entrada em locais confinados (incluindo atividades de contratadas) é permitida somente após uma aprovação do SESMET da APPA, em formulário específico (Permissão de Entrada e Trabalho PET);

b) Em um espaço confinado pode ser necessário o uso de ventilação ou exaustão para remover os gases perigosos. O método e o equipamento para ventilação/exaustão dependem do tamanho das aberturas do espaço confinado, do tipo de contaminante a ser removido. Por exemplo, acionamento pneumático onde há risco de incêndio/explosão ou de choque elétrico;

c) O ingresso em ambiente confinado após (ou durante) ventilação / exaustão somente pode ser efetivado com re-teste do nível de oxigênio. Os espaços confinados também devem ser identificados como liberados para uso ou não, conforme a execução de atividades em espaço confinado deve observar o uso de ferramentas manuais (anti-faísca), ferramentas pneumáticas, iluminação a prova de explosão com tensão máxima de 24 V, uso de ferramentas elétricas (acima de 24 V) com detector de tensão de fuga, entre outras providências aplicáveis à situação;



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

d) Todo profissional para acessar espaço confinado, bem como o vigia devem possuir treinamento e habilitação para tal. Deve sempre haver observador (vigia) para cada espaço confinado que fica no acesso ao espaço confinado para auxílio e acionamento da equipe de resgate, se necessário;

e) Todos os funcionários dentro de espaço confinado devem portar cintos de segurança tipo paraquedista;

f) Montar dispositivos de regaste (tripé, monopé e outros dispositivos necessários para a realização de resgates). A contratada deve apresentar procedimentos de emergência e resgate adequados aos espaços confinados incluindo, no mínimo:

I - Descrição dos possíveis cenários de acidentes, obtidos a partir da Análise de Riscos;

II - Descrição das medidas de salvamento e primeiros socorros a serem executadas em caso de emergência;

III - Seleção e técnicas de utilização dos equipamentos de comunicação, iluminação de emergência, busca, resgate, primeiros socorros e transporte de vítimas;

IV - Acionamento de equipe responsável, pública ou privada, pela execução das medidas de resgate e primeiros socorros para cada serviço a ser realizado;

V - Exercício simulado anual de salvamento nos possíveis cenários de acidentes em espaços confinados.

Obs.: os profissionais envolvidos em atividades de Espaços Confinados deverão comprovar treinamento na NR-33.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

▪ **SERVIÇOS ENVOLVENDO ELETRICIDADE:**

a) Para qualquer atividade em instalações elétricas ou proximidades os profissionais envolvidos devem ter uma autorização formal da supervisão de elétrica da ATEXP;

b) Para se obter a autorização é necessário que os profissionais tenham os treinamentos obrigatórios da NR-10 aplicáveis para a atividade e apresentar os documentos de habilitação, qualificação ou capacitação na área de elétrica de acordo com a referida atividade;

c) Os funcionários capacitados devem trabalhar sob responsabilidade de um responsável técnico habilitado, sendo que o mesmo deve também apresentar comprovante de inscrição no respectivo conselho de classe (CREA) (Item 10.8.3 da NR-10);

d) É proibida a atuação em sistemas, instalações ou atividades que ultrapassem a designada pela autorização;

e) Nenhuma atividade no sistema elétrico de potência (SEP), bem como em Alta tensão (AT), podem ser realizadas individualmente enquanto energizadas;

f) Todas as atividades nas instalações elétricas devem ser informadas aos responsáveis pela manutenção elétrica da área;

g) Em todas as atividades em instalações elétricas direta e/ou indireta, BT e/ou AT, deve-se utilizar os EPIs, EPCs e as medidas de controle e de segurança necessárias apontadas em APR;

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

h) Além dos EPIs e EPCs inerentes à atividade, todos profissionais devem usar vestimentas adequadas à atividade elétrica, devendo estas contemplar a condutibilidade, inflamabilidade e influências eletromagnéticas;

i) Preferencialmente todo trabalho ou serviço em instalações elétricas seja realizado sob desenergização elétrica;

j) Conforme itens 10.6.3 e 10.14.1 da NR-10, todos os profissionais ou trabalhadores autorizados, próprios ou contratados devem suspender de imediato a execução do serviço em instalação elétrica sempre que constatar evidências de riscos graves e iminentes para a sua segurança e saúde ou a de outras pessoas, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis;

k) Para as atividades em AT ou SEP os profissionais devem dispor de equipamento que permita a comunicação permanente com os demais membros da equipe;

l) A NR-10 deve ser cumprida em sua totalidade nas instalações da APPA, sendo que o não cumprimento de qualquer um dos itens dispostos neste poderá acarretar em medidas disciplinares.

Obs.: os profissionais envolvidos em atividades de eletricidade deverão comprovar treinamento na NR-10.

▪ **SERVIÇOS ENVOLVENDO IÇAMENTO DE CARGAS:**

a) É obrigatório a apresentação do planejamento formalizado de uma movimentação com guindauto, guindaste móvel ou fixo, visando a otimização dos recursos aplicados na operação (equipamentos, acessórios e outros) para se evitar acidentes e perdas de tempo;

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

b) A contratada deve possuir um inventário de todos os equipamentos e acessórios manuais e móveis de guindar e transportar, garantindo o controle de inspeção e manutenção. Inspeções de pré-uso, por tipo de equipamento devem ser realizadas no mínimo diariamente e os checklist devem ser controlados e retidos para revisão;

c) As inspeções pré-uso devem indicar elementos críticos necessários à operação;

d) Todos os componentes e acessórios (ex.: ganchos, estropo, cabo de aço, corrente, balanços, etc.) devem ser inspecionados;

e) Os dispositivos em uso devem ter a sua capacidade de carga identificada;

f) Modificações no projeto original de equipamento de içamento deve estar acompanhado de aprovação de um engenheiro habilitado e ART.

Obs.: os profissionais envolvidos em atividades de içamentos de cargas deverão comprovar treinamento na NR-11.

▪ **UTILIZAÇÃO DE GUINDASTES:**

a) Os guindastes devem possuir fitas refletivas em seus lados externos, sinalização através de giroflex, dispositivos específicos de segurança, tais como, mecanismo de nivelamento com alarme (inclinômetro), balança e assentos com encosto e apoio de cabeça com cinto de segurança;

b) Apresentar sua garantia atestada por oficina credenciada para o sistema de freio, sistema de direção e alinhamento do veículo antes do seu funcionamento na área;

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

- c) Proteger totalmente as partes rotativas motoras;
- d) Possuir dispositivo de acionamento automático dos faróis quando do acionamento da ignição;
- e) Possuir tabela de carga na cabine de comando em língua portuguesa e as unidades de medida no Sistema Internacional de Unidades –SI;
- f) Estar equipado com cones de sinalização e fitas zebradas;
- g) Possuir trava de segurança para os moitões e estes devem ser testados semestralmente, com líquido penetrante e/ou ultrassom;
- h) Possuir chave de fim-de-curso e de alarme que indique seu limite de curso em condições operacionais;
- i) Os cabos de aço do guindaste devem ser inspecionados e estar em boas condições de uso, utilizando-se para tal as Normas NBR 6.327; NBR 11.900; NR 13.541, NBR 13.542 e 13.543; NBR 13.544 e NBR 13.545;
- j) Possuir o logotipo da empresa visível que permita a sua identificação;
- k) Ser aterrados em dois pontos distintos. A contratada deve realizar testes periódicos nos equipamentos de içar ou guindar (cabos de aço, roldanas, ganchos, presilhas e outros). Os testes periódicos devem ser realizados por profissionais habilitados e registrados para fins de auditoria / fiscalização.

Obs.: os profissionais envolvidos em operação de Guindastes deverão comprovar treinamento na NR-11.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

▪ **MÁQUINAS FIXAS, FERRAMENTAS MANUAIS E ELETROPORTÁTEIS:**

a) Todo o maquinário/ferramenta de oficina deve possuir dispositivos contra religação e deve ser testado periodicamente para checar se está funcionando devidamente. Interruptores ou dispositivos "à prova de falhas" devem ser instalados em todos os equipamentos industriais fixos e giratórios, bem como ferramentas manuais (por exemplo: serras, furadeiras de bancadas, entre outras). Todas as máquinas e equipamentos devem cumprir todos os requisitos legais, em especial as NR 10, 12, 13 e 18;

b) Todas as partes móveis de equipamentos, máquinas e acessórios devem ser adequadamente protegidas contra contato acidental dos funcionários;

c) Todos os equipamentos ou máquinas devem possuir botão de parada de emergência instalado em local adequado e de fácil visualização;

d) As máquinas, os equipamentos e as ferramentas devem:

I - Ter dispositivos de acionamento e parada localizados de modo que sejam acionados ou desligados pelo operador na sua posição de trabalho;

II - Possam ser acionados ou desligados em caso de emergência, por outra pessoa que não seja o operador;

III - Não possam ser acionados ou desligados, involuntariamente, pelo operador, ou de qualquer outra forma acidental;

IV - Não são permitidas ferramentas improvisadas no local de trabalho;



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

V - Não é permitida a utilização de extensores nos cabos das ferramentas em geral;

VI - Não é permitido o uso de ferramentas de impacto com cabos de metal;

VII - É obrigatório a utilização de empunhadura em talhadeira, ponteiros e similares;

VIII - É obrigatório a utilização de capa protetora de material resistente para guarda e transporte de ferramentas de corte e pontiagudas;

IX - As ferramentas pneumáticas portáteis devem possuir dispositivo de partida instalado de modo a reduzir ao mínimo a possibilidade de funcionamento acidental;

X - As mangueiras e conexões de alimentação das ferramentas pneumáticas devem resistir às pressões de serviço, permanecendo firmemente presas aos tubos de saída e afastadas das vias de circulação;

XI - As ferramentas de equipamentos pneumáticos portáteis devem ser retiradas manualmente e nunca pela pressão do ar comprimido;

XII - Os compressores e vasos de pressão de ar comprimido devem atender as exigências da Norma Regulamentadora -NR 13 da Portaria 3214 do Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho;

XIII - Ferramentas elétricas devem possuir um tag conforme padrão da contratada para liberação de uso, permitindo assim a sua rastreabilidade;

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

XIV - Ferramentas e equipamentos que ofereçam risco de ruptura de suas partes móveis, projeção de peças ou de partículas de materiais devem ser providos de proteção adequada;

XV - É proibido utilizar extensão elétrica com bifurcação e/ou ramificação de outros cabos para ligar vários equipamentos.

XVI - Os condutores de alimentação das ferramentas portáteis devem ser manuseados de forma que não sofram torção, ruptura ou abrasão, nem obstruam o trânsito de trabalhadores e equipamentos.

XVII - Não são permitidas extensões de tomadas e instalações com fios paralelos;

XVIII - Ferramentas elétricas devem dispor de proteção de segurança requerida (isolamento elétrico duplo, aterramento e identificação de tensão e proteção mecânica);

XIX - Todos os equipamentos elétricos devem possuir botoeiras ou caixas de partida. É proibida a utilização de disjuntores elétricos com a finalidade de ligar/desligar equipamentos elétricos;

XX - Todas as tomadas elétricas, receptáculos, caixas de derivação e painéis devem ser devidamente aterrados e identificados. Em atividades que não forem encontradas alternativas técnicas para a realização da tarefa, medidas especiais serão indicadas;

XXI - Não é permitido instalações elétricas, o uso de chaves tipo Faca;

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

XXII - São obrigatórios o porte e a utilização para todos os eletricitas habilitados, a utilização de um instrumento para identificação de circuitos energizados (“caneta”) que possui alarme sonoro e visual;

XXIII - Os esmeris devem ser operados por pessoas treinadas e habilitadas para seu manuseio. Os equipamentos devem estar em boas condições de funcionamento, e possuir regulagem para fixação, sendo que a distância máxima de segurança aceitável do rebolo e a base de apoio deve ser 3 mm;

XXIV - Os circuitos elétricos devem ser protegidos contra impactos mecânicos, umidade e agentes corrosivos, sendo que não é permitida a existência de partes vivas expostas de circuitos e equipamentos elétricos;

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA APPA**

São obrigações da Contratante:

- Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para a execução dos levantamentos necessários, desde que devidamente identificados e fazendo uso dos respectivos EPI's com o Certificado de Participação da Integração;
- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- Comunicar oficialmente à Contratada sobre quaisquer falhas ocorridas ao longo da execução dos serviços;
- Recusar os serviços/relatórios executados em desacordo com as normas técnicas específicas;

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

**21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da Contratada:

- Ser responsável pelos seus empregados e por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação, tais como:
  - a) Salários;
  - b) Seguros de acidentes;
  - c) Taxas, impostos e contribuições;
  - d) Indenizações;
  - e) Vales-refeições;
  - f) Vales-transportes;
  - g) Seguro e assistência médica quando estabelecida na Convenção Coletiva do Trabalho; e
  - h) Outras que porventura venham a ser criadas/exigidas pelo Governo ou, ainda, por Acordo/Convenção Coletiva de Trabalho;
- Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a execução dos serviços, com o fim de constatar no local a sua efetiva execução e verificar as condições em que está sendo prestado;
- Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, sejam elas quais foram, desde que praticadas por seus empregados quando da execução dos serviços objeto desta Licitação;
- Comunicar à Administração do Órgão Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- Sempre que solicitado pelo Órgão Contratante, apresentar os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais, bem

Página 38 de 46

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos\_parana



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

como os contratos devidamente firmados quando da necessidade de terceirização de qualquer serviço;

- Assumir integral responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação;
- Executar os serviços com o máximo esmero, devendo ser imediatamente refeitos aqueles que, a juízo do Órgão Contratante, não forem julgados em condições satisfatórias. Nesse caso, não caberá qualquer acréscimo no preço contratado, ainda que em decorrência disso seja necessário ampliar o horário da prestação dos serviços;
- Em compatibilidade com as obrigações assumidas, manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com a legislação vigente e ao Item 3.6, (i) do RLC da APPA;
- Responder integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pelo Órgão Contratante, bem como em manter atualizados os cursos e NR's dos funcionários, os quais sejam necessários à execução correta e segura dos serviços, tendo como um dos exemplos os trabalhos em espaços confinados e em altura;
- Apresentar certidão de registro ou inscrição no CREA, comprovando a regularidade da situação da licitante e de seus responsáveis técnicos, na forma da legislação vigente;
- Emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA – PR, referente aos serviços realizados;

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

- Para as medições, a Contratada deverá apresentar, além da carta de apresentação, a nota fiscal e certidões negativas; relatório com a descrição das etapas concluídas e planilha contratual com o pagamento das medições mês a mês, demonstrando a evolução do contrato.
- Responsabilizar-se pelo canteiro de obras de forma geral, arcando com os custos de energia, água, rede de dados e outros que possam surgir.
- Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta de serviço e demissão de empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários.

Para o caso de contratação de pessoas/empresas terceirizadas, também deverão constar na documentação para medição a folha de pagamento do mês correspondente; GFIP/SEFIP; GPS; DARF; INSS receita bruta; GRF; certidões negativas do FGTS; INSS; Trabalhista; Municipal, Estadual e Federal; Certidão de empresa associada e certidão comprobatória da não retenção de INSS, bem como toda a documentação solicitada na Ordem de Serviço nº 054/20.

## **22. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

Não obstante a Contratada seja a única e exclusivamente responsável pela execução de todos os serviços objeto deste Termo de Referência, o Órgão Contratante reserva-se ao direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, de forma direta ou por prepostos designados para esse fim e que representam o Órgão Contratante.



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

A Fiscalização, no entanto, não afasta a responsabilidade exclusiva da Contratada quanto à plena execução do objeto contratado, nos moldes especificados e com a qualidade/perfeição esperada.

Eventuais prepostos designados pela APPA são chamados de “Fiscalização”. Para garantir o interesse da Administração e o fiel cumprimento do contrato, a Fiscalização tem poderes de:

- a) Ordenar a imediata retirada do local ou, ainda, a substituição do empregado da Contratada que embaraçar/dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar conveniente;
- b) Examinar as carteiras profissionais dos empregados da Contratada, para comprovar o registro da função profissional;
- c) Sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com essas Normas Gerais ou, ainda, sempre que essa medida se tornar necessária ao interesse público;

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da Contratada deverão ser solicitadas à Fiscalização, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes.

## **23. DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

Correrão por conta do proponente todas as taxas, impostos, licenças, permissões, transporte, estadias, diárias, bem como todo o material e pessoal necessário para a realização dos serviços.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente após a aprovação dos serviços entregues de acordo com o Plano de Trabalho e Relatórios Mensais de Atividades.

Conforme dispõe a Ordem de Serviço nº 054/20-APPA, todos os processos de pagamento de serviços somente serão processados com o cumprimento dos requisitos mínimos obrigatórios, sendo eles:

- Carta requerimento de pagamento mencionando os elementos básicos de identificação do procedimento licitatório;
- Sequência cronológica da medição (número da parcela), endereçada em nome de todos os fiscais do Contrato;
- Objeto do contrato e elementos técnicos necessários ao correto endereçamento do processo de pagamento, sendo obrigatório apensar: Cópia do Contrato; Cópia da Ordem de Serviço que autorizou o fornecimento e designou a fiscalização; Nota Fiscal Original; Certidão de Regularidade Junto ao Instituto Nacional do Seguro Social; Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Relativos as Contribuições Previdenciárias e as de Terceiro; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Fotos e imagens do objeto licitado; Guia de recolhimento de INSS; Guia de recolhimento de FGTS; Relação de trabalhadores por Posto de Trabalho; Comprovante de Depósito Individual; Cartão Ponto dos Funcionários; Comprovante de Pagamento de Vale Transporte e o Comprovante de Pagamento de Vale Alimentação.

Todos os processos de pagamento deverão ser protocolados pela interessada no Sistema de Protocolo Digital da APPA, sendo que o prazo estabelecido para pagamento das Notas Fiscais será contado a partir dessa protocolização.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos\\_parana](#)

Página 42 de 46



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

A protocolização das notas fiscais na APPA deverá acontecer entre o dia 01 (um) e 10 (dez) de cada mês. No momento do protocolo, a Nota Fiscal deverá, obrigatoriamente, possuir competência e ser datada do mês do protocolo.

Demais informações são encontradas diretamente na Ordem de Serviço nº 054/20.

## **24. DA REVISÃO DOS PREÇOS**

Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico financeiro, a ser feita preferencialmente através de notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricante ou outros que demonstrem indiscutivelmente a elevação do custo do objeto.

Para a concessão desta revisão, a empresa deverá, por escrito, comunicar imediatamente à APPA sobre a variação dos preços, momento em que deverá anexar os documentos comprobatórios da majoração e justificar o seu pedido.

Durante o período de análise do pedido, a empresa deverá efetuar a entrega dos bens pelo preço registrado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a APPA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

## **25. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

Concluídos todos os serviços objetos desta licitação e após recebida toda a documentação necessária, estes serão recebidos provisoriamente pela Fiscalização, que lavrará o “Termo de Recebimento Provisório”, desde que estejam em perfeitas condições e devidamente atestados pela Fiscalização.

A Contratada fica obrigada a manter os serviços por sua conta e risco até a lavratura do “Termo de Recebimento Definitivo”, tudo em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

O referido termo será emitido no prazo de 90 dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção de anormalidades por ventura verificadas forem executados e aceitos pela Fiscalização, de acordo com a legislação vigente.

## **26. DA GARANTIA**

Todos os serviços de Manutenção Civil deverão ser garantidos pela Contratada contra falhas ou defeitos de construção, de materiais e de mão-de-obra durante o período mínimo de 12 (doze) meses contados da aceitação pelos fiscais.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Os defeitos constatados deverão ser reparados pela Contratada às suas expensas, no local em que o reparo foi realizado.

Quanto notificada pela Contratante, a Contratada deverá, a qualquer tempo e antes de expirados os citados períodos de garantia, efetuar prontamente reparos, correções, reformas, reconstruções e até mesmo a substituição de componentes, no sentido de sanar todos os defeitos, imperfeições ou partes falhas de materiais ou de fabricação que venham a se manifestar.

Nessas hipóteses, todas as despesas com material, transporte, mão-de-obra, ensaios, estadias, desembaraços aduaneiros, impostos, taxas, etc. correrão às suas expensas.

## **27. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **27.1. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS**

Os serviços descritos no presente Termo de Referência são classificados como serviços comuns de Engenharia.

### **27.2. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Em caso de infrações, a Contratada está sujeita às sanções previstas nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 de 30/06/2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA, do Edital e do próprio Contrato Administrativo.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

**27.3. DA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A participação de microempresa e empresa de pequeno porte se dará nos termos da Lei nº 123/2016, da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da APPA, e do Edital Licitatório.

**28. DOS ANEXOS**

O presente processo é composto por este Termo de Referência (Anexo I) e pelos seguintes documentos:

- Anexo II - Planilha de Preços
- Anexo III – Cotações e Médias definitivas
- Anexo IV – Projetos Instalações APPA

Paranaguá, 12 de julho de 2024.

Eng.º Igor Costa de Toledo  
Coordenador de Civil  
(Assinado eletronicamente)



**COMUNICAÇÃO INTERNA 5004/2024.**

Documento: **ANEXOITRMANUTENCAOCIVIL2024.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Igor Costa de Toledo (XXX.486.019-XX)** em 12/07/2024 13:59.

Inserido ao documento **882.386** por: **Igor Costa de Toledo** em: 12/07/2024 13:59.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**15d211515b7ff3cd4065d06783390129.**

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**Nota Técnica**

Os arquivos citados no Termo de Referência “Anexo II – Planilha de Preços” e “Anexo III – Cotações e Médias definitivas” não serão publicados devido ao que consta sobre a sigilidade do valor do processo no artigo 34 da Lei 13.303/2016 e no artigo 41 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA.